

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Civil III – Turma C

Horário: Em princípio, das 16h às 18h; dia e hora a confirmar de acordo com o calendário escolar, a determinar em breve pela Direção da FDUL

Sala: -----

Docentes responsáveis e respetiva carga letiva na unidade curricular

Margarida Silva Pereira/Sofia Henriques, 2h semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem

Aprofundamento do conhecimento de conteúdos centrais do Direito da Família e das Sucessões adquiridos na Licenciatura e olhados em perspetiva acentuadamente crítica, de modo a habilitar os Mestrandos para o Direito, em constante mutação nestes domínios, bem como para uma sua aplicação prática recorrendo a mecanismos cada vez mais amplos e adequados às novas realidades familiares e sucessórias

Tem-se em atenção especial a evolução legislativa após a Reforma de 77 e as alterações sofridas posteriormente, com incidência nas questões pessoais e patrimoniais relativas aos cônjuges e unidos de facto, bem como aos descendentes, cada vez mais nascidos e vivendo fora de casamento dos progenitores e em famílias reconstituídas. *O princípio da igualdade e as questões de género estão sempre presentes*

Conteúdos programáticos

I. O Direito da Família e das Sucessões atual: tensão entre autonomia da vontade e normas injuntivas: da segunda metade do século XX aos finais do primeiro quartel do século XXI

1. Importância do casamento; crescente recurso à união de facto (estável)
2. Efeitos do novo Direito na filiação: os filhos biológicos e a PMA homóloga e heteróloga; a circunstância dos filhos nas famílias recompostas; os efeitos jurídicos das mesmas
 - 2.1. Gestação de substituição: realidade vindoura em Portugal? O registo de crianças nascidas por GS no estrangeiro
3. Importa pensar um novo estatuto jurídico para a união de facto?
 - 3.1. A sua natureza familiar.
 - 3.2. Urgência de maior formalização constitutiva e extintiva: fundamento
 - 3.3. Um estatuto patrimonial para as uniões de facto? A experiência estrangeira, designadamente, dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no que respeita a pactos de convivência

- 3.4. Um regime jurídico específico para as dívidas contraídas pelos unidos de facto? Análise crítica das suas eventuais implicações
- 3.5. Compensação ao unido de facto que dedica grande labor familiar após a dissolução da união de facto? A jurisprudência recente do STJ em análise
- 3.6. Um estatuto sucessório para a união de facto? Possíveis termos em que se poderia gizar
- 3.7. Caso venha a existir tal estatuto sucessório na união de facto: possível renúncia ao mesmo estatuto na constituição (ou durante a união de facto), à semelhança do que se passa hoje no casamento?
4. Casamento: têm os deveres conjugais juridicidade? Em que termos? Uma perspetiva de igualdade e uma análise de género da responsabilidade civil por incumprimento destes deveres
- 4.1. O estatuto patrimonial dos cônjuges e as perversões que o regime em vigor pode sofrer
- 4.1.1. Os regimes de dívidas dos cônjuges; os bens que respondem por elas
- 4.1.2. Tipologias de contas bancárias e seus efeitos sobre o regime de bens do casamento
- 4.1.3. O salário como bem próprio e como bem comum; as perversões da sua titularidade através do regime legal de administração. Possíveis alternativas?
- 4.1.4. Continuação: doações e outros negócios jurídicos entre casados
- 4.2. O “empobrecimento” causado pelo divórcio: Há mecanismos para o mitigar?
- 4.2.1. Os danos causados pelo divórcio existem? São ressarcíveis?
- 4.2.2. Como compensar o cônjuge que mais se devotou à vida familiar prejudicando a sua carreira profissional? Mecanismos jurídicos e determinação do *quantum* do empobrecimento

II. Convenções antenupciais e renúncia dos cônjuges à posição de herdeiro legitimário: uma viragem na conceção dos direitos do cônjuge sobrevivente

1. As convenções antenupciais devem permanecer imutáveis no futuro? A razão de ser do regime em vigor e os problemas que a imutabilidade coloca
2. Devem permanecer recíprocas?
3. Devem depender, como agora sucede, do regime de bens do casamento?
4. A aposição de condições à renúncia do cônjuge: o regime jurídico em apreciação
5. A renúncia à posição de herdeiro legitimário em convenção antenupcial: deve circunscrever-se a sua possibilidade ao momento do casamento ou ser suscetível de mudança a todo o tempo?
6. Deveriam outros herdeiros legitimários, designadamente os ascendentes, ter a mesma possibilidade de renúncia? A experiência de outros Direitos europeus.
7. As doações entre os cônjuges que renunciam ao estatuto de herdeiro nos regimes de bens que as permitem: imputação e consequências

8. Possibilidade de estruturar deixas testamentárias que acautelem os cônjuges que renunciam à posição de herdeiro legítimo: as respostas do Direito das Sucessões em sede de dogmática do Testamento

8.1. A celebração de convenções antenupciais com cláusula de renúncia à posição de herdeiro e doações mortis causa; análise dos efeitos possíveis

8.2. A celebração de convenções antenupciais com cláusula de renúncia à posição de herdeiro legítimo e a celebração de testamento a favor do cônjuge (testamento público e testamento cerrado: dois efeitos eventualmente antagónicos nas expectativas dos herdeiros legítimos de cada cônjuge)

9. Os pactos de renúncia à herança do cônjuge prejudicam a igualdade de género?

9.1. Os direitos do cônjuge sobrevivente a pensão de sobrevivência e à casa de morada de família

9.2. Cônjuge sobrevivente e filhos menores: o superior interesse da criança que pode claudicar quando o cônjuge do ascendente não renuncia à herança

9.3. A importância da autonomia da vontade no momento de definir o estatuto sucessório: o mito do “constrangimento” do cônjuge menos favorecido financeiramente. Comparação crítica com a possibilidade de escolha do regime de bens

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos focam as questões de maior impacto no Direito da Família e das Sucessões; a sua abordagem científica favorece um *olhar crítico* e que se pretende *construtivo* sobre o Direito actual e o Direito da Família e das Sucessões vindouro. Tomam-se como pontos de comparação outros ordenamentos jurídicos de Países de Língua Oficial Portuguesa, em que temas como a união de facto, a evolução da PMA e da GS, a evolução do casamento e do Direito das Sucessões têm revestido grande relevância prática e doutrinária

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Enquadramento dos conteúdos, a cargo, numa primeira fase, das docentes.

Os estudantes são permanentemente convidados à intervenção, designadamente, mediante a apresentação de exposições, seguidas de discussão em Aula.

Regulamentarmente, haverá um Relatório escrito final, tendo o seu objeto em grande conta os interesses manifestados pelos Estudantes.

O seu país de origem e preocupações jurídicas inerentes são tidas em alta consideração

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O enquadramento das matérias, aliado aos temas de investigação escolhidos pelos Mestrandos, estarão em consonância com a linha condutora do Curso: os alunos desenvolvem os seus conhecimentos e “fazem a aula”, percorrendo, assim, uma investigação cuidada, mas muito aberta às suas preocupações. Necessariamente crítica: frisa-se de novo

Bibliografia principal

NOTA PRÉVIA: trata-se de apresentar obras que serão utilizadas ao longo do estudo, não se dispensando referências a outras, de acordo com as matérias estudadas

COELHO, F. Pereira/OLIVEIRA, Guilherme de

— Curso de Direito da Família, Vol. I, Introdução. Direito Matrimonial, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 5.ª ed., 2016

CORTE-REAL, Carlos Pamplona

— Direito da Família e das Sucessões (Relatório), apresentada no concurso para professor associado, Lisboa, Lex, 1996

— e PEREIRA, José da Silva, Direito da Família. Tópicos para uma Reflexão Crítica, 2.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2011

HENRIQUES, Sofia

— Estatuto patrimonial dos cônjuges – Reflexos da atipicidade do regime de bens, Coimbra, Coimbra Editora, 2009

DIAS, Cristina Araújo

- Do Regime da Responsabilidade Por Dívidas dos Cônjuges. Problemas, Críticas e Sugestões, Coimbra, Coimbra Editora, 2009

PEREIRA, Maria Margarida Silva

— Direito da Família, 3.ª edição, Lisboa, AAFDL, 2019

- Temas de Direito da Família e das Sucessões, Lisboa, AAFDL, 2020

- e Sofia Henriques, Pensando sobre os pactos renunciativos pelo cônjuge – contributos para o projeto de lei n.º 781/XIII

Disponível em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2018/05/20180508-ARTIGO-JULGAR-Repensar-pactos-sucess%C3%B3rios-Margarida-Silva-Pereira-e-Sofia-Henriques.pdf>

PINHEIRO, Jorge Duarte

— O Direito da Família contemporâneo, 7.ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2020

XAVIER, Rita Lobo

— Limites à autonomia privada na disciplina das relações patrimoniais entre os cônjuges, Coimbra, Almedina, 2000